



**ENAN
PUR** 2023
Belém 22 a 26 de maio



Do abandono à gentrificação: o caso do Centro de Florianópolis¹

German Gregório Monterrosa Ayala Filho
Universidade Federal de Santa Catarina

Luciana de Mello Battini
Universidade Federal de Santa Catarina

Sessão Temática 02: Políticas públicas e gestão multiescalar do território urbano e regional

Resumo. Este estudo objetivou analisar processos socioespaciais viabilizados pelo Estado que ocorreram no bairro centro em Florianópolis. Identificamos que houve contribuição significativa do Estado em (re)produzir quadros de segregação espacial. As noções perpetuadas pela mídia e alguns setores da sociedade acerca do “abandono” e “revitalização” do centro histórico do município estão relacionadas com os investimentos destinados a esse espaço urbano, assim como, pela alteração das camadas sociais capazes de acessá-lo. Concluimos que a espetacularização do centro histórico reforça o modelo de cidade mercadoria e higieniza esse espaço, beneficiando principalmente as camadas de alta renda.

Palavras-chave. Espaço urbano; gentrificação; segregação espacial; Centro de Florianópolis.

From abandon to gentryfication: the case of Downtown Florianópolis

Abstract. This study aimed to analyze state enabled social and spatial processes that occurred in the downtown neighborhood of Florianópolis. We identified that there was a significant contribution of the State in (re)producing frames of socio spatial segregation. The notions perpetuated by the media and some sectors of society about “abandonment” and “revitalization” of the historical center of the municipality are related to the investments destined to this urban space, as well as by altering the social layers able to access it. We conclude that the spectacularization of the historic center reinforces the commodity city model and ennobles this space, benefiting mostly the upper classes.

Keywords: Urban space; Gentryfication; spatial segregation; Downtown of Florianópolis.

Del abandono a la gentrificación: el caso del Centro en Florianópolis

Resumen. Este estudio tuvo como objetivo analizar los procesos socioespaciales posibilitados por el Estado que ocurrieron en el barrio central de Florianópolis. Identificamos que hubo un aporte significativo del Estado en (re)producir cuadros de segregación espacial. Las nociones perpetuadas por los medios de comunicación y algunos sectores de la sociedad sobre el “abandono” y la “revitalización” del centro histórico de la ciudad están relacionadas con las inversiones destinadas a este espacio urbano, así como con la alteración de los estratos sociales capaces de acceder a ella. Concluimos que la espectacularización del centro histórico refuerza el modelo de ciudad mercancía y sanea este espacio, beneficiando principalmente a los estratos de altos ingresos.

Palabras clave: Espacio urbano; gentrificación; segregación espacial; Centro de Florianópolis.

¹ Esta pesquisa foi realizada com apoio financeiro da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES).

1. Introdução

Um fenômeno frequentemente observado nas cidades brasileiras é o abandono das áreas centrais pelas elites locais. Esse fenômeno foi empiricamente evidenciado por Villaça (2017), mostra-nos que o suposto “abandono” das áreas centrais consiste, na verdade, na saída das elites locais concomitante com a sua tomada pelas camadas populares ou por pessoas em situação de rua. Destarte, esses espaços centrais são, por vezes, perniciosamente considerados como “sem vida”, “deteriorados”, ou “decadentes” pela imprensa, pelo Estado e por parcelas significativas da sociedade – em especial, por empresários e membros do comércio varejista.ⁱ

Em reação ao suposto “óbito” social das áreas centrais dos espaços urbanos, notam-se esforços do Estado, em associação com o mercado imobiliário e com as elites locais, em transformar esses espaços. Destinam-se investimentos à essas áreas “mortas” da cidade, alterando seus valores de uso e valores de trocaⁱⁱ, expulsando as classes sociais que antes ali as ocupavam. Essa expulsão pode ocorrer diretamente via expropriação, ou, indiretamente, via aumento no preço nos aluguéis decorrente de valorização imobiliária, reforçando quadros de segregação residencial.

Esse processo ficou conhecido como gentryfication, o termo foi utilizado pela primeira vez por Ruth Glass (1989) para descrever a invasão dos bairros operários em Londres em 1964 por parte das classes média e alta. Para traduzir o termo cunhado pela autora, Vasconcellos (2018) utiliza das palavras enobrecimento ou nobilitação para se referir as respectivas variantes desse processo que aconteceram e acontecem em outras partes do planetaⁱⁱⁱ. Apesar das singularidades de cada um desses processos, sobretudo quando analisamos o que ocorre em países centrais e em países periféricos, para Souza (2018), o que a nobilitação sempre ocasiona é, tanto lá como cá, o deslocamento mais ou menos forçado das pessoas, via de regra pobres, (re)colocando em marcha medidas de segregação.

Pensando nas especificidades desse processo na América Latina, Ribeiro (2018) destaca que estes se mostraram bastante heterogêneos comparados aos ocorrentes na América do Norte e Europa, seja pela menor presença de potenciais gentrificadores, dado o papel secundário desenvolvido por estas cidades na hierarquia urbana, seja pelo “rent gap”^{iv} existente nas áreas centrais ser prejudicado pela permissividade dos governantes e pela extensão dos assentamentos subnormais instalados nestas regiões e atualmente de difícil remoção, demonstrando uma forte dependência da iniciativa estatal.

As tendências assumidas pela gentrificação latino-americana incluem a expulsão de comerciantes e moradores de baixa renda a fim de embelezar as áreas centrais da cidade; também se destacam as intervenções no patrimônio histórico com projetos de recuperação ou resgate do patrimônio histórico que, na verdade, encobrem e alimentam medidas de marketing urbano; e intervenções privadas nos centros históricos com expressiva presença de vantagens tributárias e urbanísticas fornecidas pelos governos (RIBEIRO, 2018).

Germany & Richmond (2019) defendem que o conceito de higienização se aplica de maneira mais coerente à realidade brasileira. A higienização, como conceito, é diretamente informada pelas condições socioculturais, políticas e econômicas que moldam as cidades brasileiras e está especialmente sintonizada com os legados colonialistas de racismo e estigma de classe. Em particular, fornece um importante corretivo para os conceitos euroamericanos de deslocamento urbano em contextos onde a violência do Estado está ligada a modos específicos de governança urbana e onde as cidades são caracterizadas por uma informalidade generalizada. Ainda complementa que a adoção do higienismo no Brasil tomou uma forma radicalmente diferente da Europa. Enquanto na Europa era movido pela preocupação com o bem-estar público, o saneamento e a moralidade social, no Brasil tornou-se um meio de defesa da civilização contra as massas racializadas “atrasadas”, “infecciosas”, “improdutivas” e “perigosas”.

Esses processos de segregação viabilizados pela “gentrificação” ou “higienização” constituem um dos fundamentos da produção do espaço urbano capitalista, sendo não apenas resultado deste

processo, mas também parte de seu conteúdo. A segregação não se expressa somente quando observamos aspectos habitacionais, ela abrange também feições produtivas e de circulação, afeta as dimensões do viver, das práticas, das possibilidades de sociabilidade, da apropriação coletiva de espaços, do acesso à infraestrutura técnica e social, da criação e da negação. Em sociedades heterônomas capitalistas, o que normalmente ocorre é que os usos do espaço urbano são mediados pelo valor de troca, o que implica a seleção, via mercado, dos sujeitos sociais capazes de acessá-los (ALVAREZ, 2018).

Dados preâmbulos necessários, identificamos que uma porção do centro de Florianópolis – a leste da praça XV de novembro – aparenta estar sendo cotada para o enobrecimento. Essa área tem se configurado como objeto de disputa territorial, ideológica e econômica entre atores sociais com interesses e finalidades distintas, ou sejam, concorrem múltiplas alternativas para o futuro da cidade. De um lado, a Prefeitura Municipal de Florianópolis (PMF), instituições parceiras e empresários relacionados com o Projeto Centro Sapiens (PCS) – iniciado em 2015 – pretendem incentivar a instalação de empresas startups de economia criativa na área leste do Centro Histórico de Florianópolis. Nas palavras do coordenador^v do Projeto : “Queremos fazer um processo ético de gentrificação (...) a ideia é que as pessoas retomem esse lugar, que ele seja bem frequentado” (grifos nossos). De outro lado, alguns representantes da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) e movimentos sociais como o coletivo Ocupa Obarco pensam, para o mesmo território, transformações que contemplem habitação de interesse social e ampliação do uso misto do solo do ponto de vista das funções urbanas .

Os desencadeamentos das ações relacionadas a esse conflito demonstram que os grupos interessados na implementação do PCS estão sendo favorecidos, caracterizando um projeto de enobrecimento da área central de Florianópolis. Não só isso, como também revela alianças entre setores capitalistas ligados à tecnologia de informação e o Estado. Por exemplo, em 2015 foi assinado um termo de compromisso entre as entidades pró PCS. No mesmo ano, um projeto de Lei Complementar foi submetido à Câmara Legislativa Municipal prevendo a isenção do Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU) às empresas que se instalarem na região delineada para o PCS. Em contrapartida, não houve nenhum esforço legislativo em benefício dos grupos interessados em habitação social e em uma destinação alternativa para a região.

Diante do exposto, partindo do pressuposto de que as noções hegemônicas – (re)produzidas pela vitória ideológica da mídia, do Estado e de parcelas influentes da sociedade – de “abandono” e “revitalização” de um espaço urbano são diametralmente opostas, e que, para um espaço ser “revitalizado”, precisa primeiro ser “abandonado”, objetivamos responder a dois questionamentos. O primeiro: como o Estado interferiu nos processos de abandono e revitalização da área central de Florianópolis que aparece no discurso do coordenador do PCS como carente de ser “retomada” e “bem frequentada”? O segundo: como o Estado influenciou processos de segregação espacial nessa mesma área? Assim, objetivamos contribuir para a aproximação da resposta para esses questionamentos.

Como metodologia de investigação, seguimos as orientações de Triviños (1987) para estudos de caso de natureza qualitativa. Optamos pela técnica de triangulação, que consiste na coleta e análise de dados por meio de observações em campo no centro de Florianópolis, levantamento bibliográfico, análise de conteúdo jornalístico e análise de documentos produzidos pela Prefeitura. Entendendo a cidade como um produto histórico e condicionante das relações sociais (CORRÊA, 1989), iniciaremos este trabalho apresentando processos da formação e abandono do Centro de Florianópolis pelo Estado, e na sequência analisamos impactos dos reinvestimentos públicos no Centro.

2. Gênese e posterior “abandono” da área central de Florianópolis

Florianópolis é a capital do estado de Santa Catarina, a menor das capitais da região Sul, é uma cidade pouco industrializada que concentra, em geral, atividades do setor terciário e atividades político-administrativas. A cidade possui forte viés turístico em razão da alta densidade de praias e de áreas de preservação ambiental na porção insular. O bairro Centro – o qual nos interessa diretamente para fins analíticos – (Figura 1) está localizado na parte insular do município, limitado ao norte e ao sul por baías que o separam da porção continental e a Leste por um relevo acidentado, o Morro da Cruz.

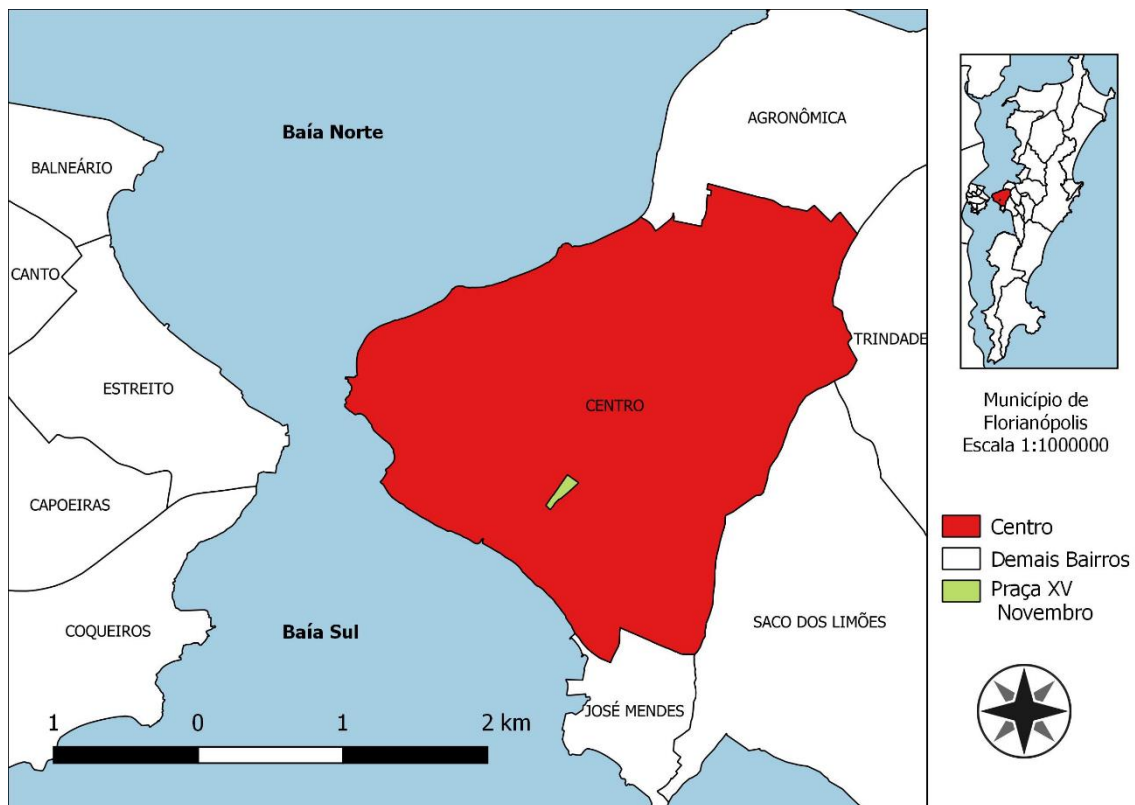


Figura 1: Mapa do Centro de Florianópolis (fonte: elaborado pelos autores sobre as bases cartográficas do IBGE e da Prefeitura Municipal de Florianópolis).

Até a primeira metade do século XIX, a ocupação espacial de Florianópolis – na época chamada de Nossa Senhora do Desterro – ocorreu, principalmente, ao redor da praça Matriz – atual praça XV de novembro – onde se localizavam os edifícios públicos; e a Leste dessa mesma praça, situavam-se o comércio e a maioria das habitações, tanto os sobrados dos setores sociais mais influentes como os casebres da população mais pobre (SUGAI, 2002).

Na metade posterior do século XIX, evidencia-se a separação entre os locais de comércio e de moradia, como também, as áreas de moradia entre os ricos e os pobres. Os sobrados e casas, ocupados pela população de alta renda foram erguidos a oeste da praça. Os mais pobres habitavam os cortiços situados a leste da praça, nas encostas do Morro da Cruz, próximas ao porto, às atividades produtivas manufatureiras, à zona de prostituição e ao cemitério municipal (SUGAI, 2002).

A ocupação do Maciço do Morro da Cruz foi ocorrendo em diferentes períodos históricos da cidade. Quando analisamos as classes sociais que ali ocupam, o maciço é tão heterogêneo que é difícil enquadrar esse uso residencial de baixa renda ou de alta renda, essa heterogeneidade se verifica também em outras áreas da cidade. O que se observa, entretanto, é que os períodos de intensa construção dos casebres da população mais pobre no Morro da Cruz foram influenciados por grandes obras viabilizadas pelo Estado no centro do município (O Hospital de Caridade, a Ponte

Hercílio Luz, a canalização do Rio da Bulha...). Essas obras empregaram trabalhadores oriundos de outras regiões do país e após a sua conclusão, alguns dos migrantes mais pobres se fixaram em Florianópolis, construíram suas residências em áreas de fragilidade ambiental no Maciço, que pouco interessavam às elites da época.^{vi}

O que se verifica é que o centro de Florianópolis durante o século XIX congregava as atividades comerciais, produtivas, políticas, culturais e as habitações tanto das classes dirigentes como das desfavorecidas. A área central a oeste concentrava, em especial, as áreas ocupadas pela elite local, situava os espaços de troca, as práticas políticas e religiosas (Catedral Metropolitana), assim como, foi alvo da maior parte dos investimentos em infraestrutura realizados pelo governo imperial^{vii}. Essa aparenta ter sido a área predominantemente ocupada pelas elites de Florianópolis até a metade do século XX.

O primeiro plano diretor elaborado pelo Estado moderno para fins de “ordenamento” urbano do município data de 1952, na época contemplava apenas as áreas central e continental, o que sugere que essas áreas até então permaneciam como as polarizadoras de investimentos, portanto, a terra que situava os imóveis mais caros. Esse plano previa a localização de obras públicas importantes como a universidade, o estádio de futebol e o centro cívico. Essas obras, no entanto, nunca foram implantadas, o que efetivamente poderia ter reestruturado a cidade. Não implementar o Plano Diretor de 1952 em sua totalidade oportunizaria a valorização imobiliária de outras áreas, resultado de vultuosos investimentos em infraestrutura direcionados pelo Estado nas décadas posteriores (PEREIRA, 1992).

O regime civil-militar trouxe nacionalmente propostas de desenvolvimento e modernização que repercutiram em todos os âmbitos político-administrativos. Diante de um país endividado externamente, das altas quedas inflacionárias, do crescimento industrial e sua respectiva crise urbana (RANGEL, 1985), a capital catarinense recebe importantes obras advindas de financiamento público nos níveis federal, estadual e municipal. Na década de 1960 e 1970 se efetivaram obras de aterro na Baía Sul, a construção da Avenida Beiramar Norte, da Ponte Colombo Sales, o estabelecimento da Universidade Federal no bairro Trindade e a consolidação de importantes eixos viários que reestruturaram significativamente o espaço urbano de Florianópolis. A partir disso, o mercado imobiliário atuaria mais severamente em outras áreas insulares, cujo acesso seria viabilizado mediante as obras implantadas (FACCIO, 1997).

As políticas rodoviaristas suscitadas na década de 1960 e 1970 favoreceram um distanciamento das elites das localizações que representam as fontes de poder, visto que, o automóvel permitiria um menor tempo de deslocamento para percorrer maiores distâncias. Os setores de alto status social passam então a ocupar áreas adjacentes a eixos de circulação rápida, dotadas de amenidades naturais e amenidades socialmente produzidas. Esse é o caso da área residencial na Avenida Beiramar Contorno Norte, onde os prédios dão acesso ao eixo viário de maior dimensão da capital catarinense, os apartamentos têm uma vista privilegiada para a baía norte e estão a uma distância reduzida do comércio, serviços e todos os outros recursos necessários para a vida em sociedade.

No caso de Florianópolis, a Avenida Beiramar Norte além de oferecer 12 faixas para automóveis, dá acesso rápido a shoppings centers e por sua extensão foram erguidos condomínios de prédios de alto padrão, com vigilância 24 horas, porteiros, elevadores, piscinas, áreas privativas de lazer, entre outras amenidades socialmente produzidas.

Nesse panorama, Pertille e Vieira (2015) afirmam que o centro histórico florianopolitano se torna um espaço pouco visado pelo mercado imobiliário. Até o final do século XX, o centro da cidade manteria preservado o conjunto de casarios antigos e atenderia parte da demanda local de comércios e serviços. A praça XV de Novembro, o Largo da Alfândega e o Mercado Público se destacam entre os principais marcos do centro histórico, próximos a eixos viários comerciais.

Entretanto, isso não significou que houve necessariamente uma desvalorização do preço dos imóveis e aluguéis de todo o bairro Centro. Essa localidade se diversifica com a presença de ocupações irregulares e edifícios de alto padrão, demonstrando uma intensa fragmentação do espaço e áreas que possuem “muros” invisíveis, que se tornam barreiras sociais. O mapa da Figura 2 representa a localização dos principais pontos de referência do centro histórico e as ocupações irregulares e bairros de alto padrão nas proximidades.

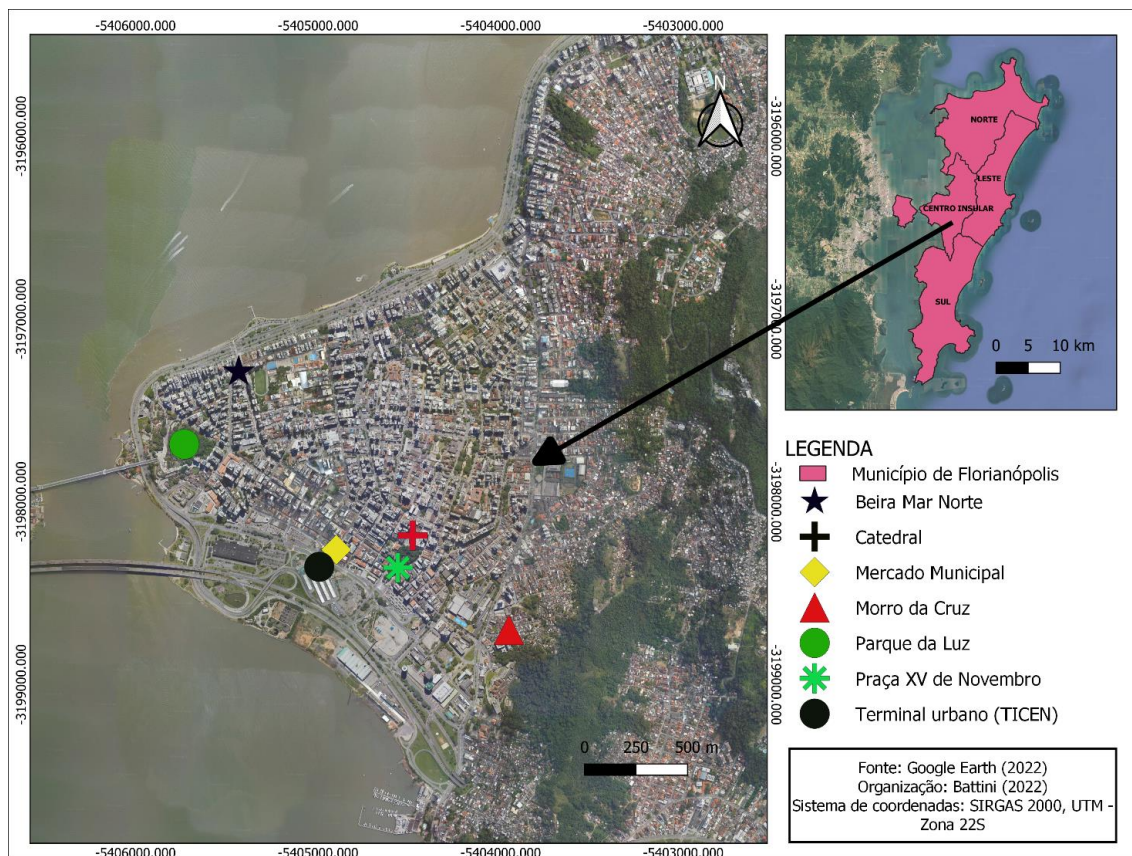


Figura 2: Pontos de referência do Centro de Florianópolis (fonte: elaborado pelos autores sob bases cartográficas do Google).

O centro de Florianópolis abrange não somente a orla da avenida Beiramar de Contorno Norte, onde se concentra a mais densa área residencial das elites (SUGAI, 2002), mas, também, todas as favelas da parte oeste do Morro da Cruz. Em um bairro tão extenso e heterogêneo é difícil que se compreenda a real concentração de pobres e ricos, assim como, as flutuações econômicas às quais passaram os imóveis ali situados. Apesar disso, nota-se na segunda metade do século XX, uma redução significativa dos investimentos do Estado no centro histórico de Florianópolis em detrimento à outras porções insulares, caracterizando seu “abandono” por parte do poder público. Essa transferência de investimentos salvaguardou o centro histórico como reserva de mercado que afloraria, recentemente, como no caso do PCS, em cenário para novas disputas territoriais.

3. Processos de higienização no Centro de Florianópolis

Após o suposto “abandono” por parte do Estado, o primeiro processo notável de “revitalização” no centro histórico de Florianópolis foi o da rua Vidal Ramos (Figura 2), que possui 750 metros e concentra cerca de 70 estabelecimentos comerciais ao longo de sua extensão. Iniciado em 2007, o projeto que recebeu o nome de “Shopping a Céu Aberto”, só foi concluído em 2012. Dentre os principais objetivos do projeto, foram elencados: a intervenção nas infraestruturas públicas, a recuperação das fachadas do comércio varejista, vitrinismo e organização interna das lojas e requalificação de pessoal.^{viii}



Figura 3: Rua Vidal Ramos em 2010 (fonte: Prefeitura Municipal de Florianópolis, “Prefeitura revitaliza rua Vidal Ramos”, 27/08/2010. Fotógrafo não informado. Disponível em: < <http://portal.pmf.sc.gov.br/noticias/index.php?pagina=notpagina¬i=24111/>>. Acesso em 10 out 2022.

Dez anos após a conclusão do projeto, houve um aumento na circulação de consumidores de alto padrão, no entanto, pessoas em situação de rua não deixaram de transitar por ali. Inclusive, quando ocorre o fechamento do comércio durante a noite, utilizam lugares da rua Vidal Ramos como abrigo, pelo seu largo beiral e em razão das marquises que os protegem das intempéries.

Dentre as obras executadas no período do projeto, destacam-se a ampliação e reforma das calçadas, a implantação de mobiliário urbano, a reforma das fachadas das lojas, a pavimentação intertravada da via destinada para veículos automotivos, a reforma do sistema de drenagem e o aterramento dos cabos de energia elétrica e telefonia, tornando a paisagem urbana mais atrativa para os consumidores. Além dos lojistas instalados na rua Vidal Ramos, as instituições envolvidas no projeto, no financiamento e execução das obras foram a Prefeitura Municipal de Florianópolis, a Associação Comercial e Industrial de Florianópolis (ACIF), o SEBRAE, a Federação das Associações Empresárias de Santa Catarina (FACISC) e a Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (FECOMÉRCIO). Os custos totais das obras foram assumidos pela Secretaria Municipal de Obras, por trinta e quatro lojistas e pela ACIF, sendo que, o rateio dos custos totais para cada um dos agentes foi de 68%, 17% e 15% respectivamente. As flores e plantas que compuseram o novo mobiliário foram doadas pelo grupo Koerich e pela incorporadora imobiliária Empreendimentos Imobiliários Zita^x.

Um segundo Projeto implementado a partir de 2013 foi o “Viva a Cidade”, dessa vez, diretamente direcionado para a porção a leste da praça XV de novembro até a avenida Hercílio Luz. A iniciativa foi apresentada pela Câmara de Dirigentes Lojistas (CDL) de Florianópolis em parceria com a Prefeitura Municipal e patrocínio da Koerich Imóveis. O projeto ocorre aos sábados entre as 9h e as 16h, abarca diversas atividades comerciais – não dirigidas para as camadas sociais populares, mas sim, para a classe média e alta – dentre as atividades, há feira de arte e artesanato, venda de antiguidades, brechós e gastronomia. Nota-se que nesse caso não foram aplicados vultuosos investimentos públicos alterando as formas e estruturas urbanas do centro histórico, o que ocorre

são políticas de incentivo à novas funções urbanas para esse espaço, configurando uma estratégia de marketing urbano.



Figura 4: Rua Vidal Ramos após sua revitalização (fonte: Citta Giacomelli, “Vidal Ramos”, 07/07/2016. Fotografia não informada. Disponível em: <<https://citta.giacomelli.com.br/vidal-ramos/>>. Acesso em 10 out 2022.

Segundo Pertile e Vieira (2015), os termos “revitalização” e “humanização” são utilizados frequentemente nos discursos da CDL e da Prefeitura quando se referem ao Projeto Viva a Cidade, entretanto, na avaliação dos autores, esses termos são utilizados equivocadamente, o que ocorre a partir desse Projeto são, na verdade, processos de enobrecimento do centro histórico de Florianópolis. Para os autores, essa suposta “revitalização” está vinculada à espetacularização de lugares históricos e referência urbana, voltando-os para exploração comercial e turística. Nesse caso, a proposta estaria desassociada diretamente do interesse da população que faz uso desse local, ou ainda pior, estaria os deslocando forçosamente para outros lugares.

Outro processo importante difundido pela imprensa como de revitalização do centro histórico foi a reforma arquitetônica do Mercado Público Municipal, reinaugurado em 2015. As mudanças estruturais e visuais da reforma incluíram a mudança de paredes, telhados, portas, pisos, da rede elétrica, hidrossanitária, de preventivo de incêndios e padronização dos boxes. Os custos das obras perfizeram um total de R\$ 14,8 milhões, e, além das mudanças estruturais, foi publicada a portaria 14.800, a Prefeitura estabeleceu um regulamento para fiscalizar os comerciantes e aplicar penalidades em caso de inadimplência do horário de funcionamento dos estabelecimentos. Anterior ao início da reforma, houve severa resistência dos comerciantes mais antigos, que haviam construído seus boxes sem projetos técnicos e sem padronização e, portanto, precisariam se adequar às novas condições normativas de funcionamento do Mercado. Como consequência de sua derrota nesse conflito, dos 104 permissionários que comercializavam anteriormente às reformas, 46 foram obrigados a se retirar, cedendo espaço para novos comerciantes^x. Após sua reinauguração, o Mercado Público, que antes representava o comércio popular e de identidade local, agora, transformou-se em uma categoria comercial de “espaço gourmet” no melhor estilo shopping center de serviços e produtos padronizados.



Figura 5: Interior do Mercado Público em 1999 (fonte: Diário Catarinense, 03/02/1999. Fotógrafo: Cláudio Silva).

A efetivação da padronização estética do Mercado Público não se limitou apenas às suas áreas internas, como também se expandiu para o externo. Por exemplo, as cadeiras e mesas de plástico com diferentes cores foram trocadas por mesas e cadeiras de madeira uniformes, além disso, alguns estabelecimentos disponibilizam mantas e lareiras durante o inverno. Cabe destacar que até o estilo musical das apresentações realizadas aos sábados mudou. Antes, apresentavam-se conjuntos de pagode e outros estilos musicais populares, cujos músicos são oriundos de comunidades de baixa renda do Morro da Cruz, entre outras comunidades locais. Após as reformas, verifica-se uma mudança nas apresentações musicais para um estilo, por assim dizer, menos popular, com músicos oriundos de estratos sociais mais elitizados.

O mais recente projeto – que aparenta ter chegado para acelerar os processos de gentrificação no centro histórico – é o Projeto Centro Sapiens apresentado anteriormente. Além da Lei Complementar submetida a Câmara Municipal que prevê a isenção do IPTU para as empresas de economia criativa que se instalarem a leste da praça XV, alguns vereadores – como Pedro de Assis Silvestre (PP) – consideram que é preciso haver ainda mais incentivos fiscais, ele propõe, sob a égide do desenvolvimento econômico e da geração de empregos, a aplicação progressiva de Imposto Sobre Serviço (ISS) para essas empresas. Cabe salientar que o IPTU e o ISS são os mais importantes tributos municipais segundo Cláudia de Cesare (2005). O vereador Miltoninho Barcelos do DEM explicita melhor suas intenções para aquele espaço, conclui que: “A região está muito feia, falta incentivo, falta cuidado. Nos deparamos todos os dias com casas e prédios abandonados, moradores de rua. Não é o que queremos”^{xi}.



Figura 6: Interior do Mercado Público após sua revitalização (fonte: SCC10, “Mercado Público de Florianópolis completa 123 anos com programação especial; confira!”, 04/02/2021. Fotógrafo: Ricardo Wolffenbüttel. Disponível em: < <https://scc10.com.br/cotidiano/mercado-publico-de-florianopolis-completa-123-anos-com-programacao-especial-confira/>>. Acesso em: 10 out 2022).

No website^{xiii} organizado por membros do PCS verificamos que há pelo menos 50 organizações parceiras do Projeto, entre elas, empresas privadas, instituições públicas e entidades sociais – incluindo a Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), a Universidade Estadual de Santa Catarina (UDESC) e o Instituto Federal de Santa Catarina (IFSC), por mais que, haja posições contrárias dentro dessas instituições quanto aos benefícios sociais da implantação do Projeto.

Um episódio marcante ocorreu no centro histórico no ano de 2019 em 20 de janeiro houve, durante o período vespertino, um evento que reuniu mais de 5 mil pessoas no entorno do Museu do Estado de Santa Catarina (MESC) promovido pelo PCS, o “Square Lab – o centro é a nossa praia” que assinalou o lançamento do primeiro “coworking a céu aberto do Brasil”, que foi projetado para a quadra de esportes do Museu da Escola Antonieta de Barros, há mais de dez anos fechada para uso público (Figura 6). Durante a noite, a solenidade proporcionou shows gratuitos na rua Victor Meirelles e ironicamente, ou não, foi encerrada brutalmente pela Polícia Militar. A intervenção da Polícia ocorreu por conta do excesso de barulho causado por cerca de cem pessoas que permaneceram no centro após o final do evento, que foram dispersadas por balas de borracha, bombas de efeito moral e gás de pimenta. Por conta desse incidente, O Ministério Público de Santa Catarina convocou reuniões com setores do Estado para apressar elaborações de projetos para a ocupação da porção leste da praça XV de Novembro, favorecendo a regulamentação estatal para uso dessa área e distanciando os debates com a população acerca de destinações alternativas.

Pertile e Vieira (2015) destacam que o centro de Florianópolis vem passando por processos de enobrecimento e de que o PCS surge para intensificá-los. O Estado vem promovendo a espetacularização de lugares históricos e voltando esses espaços para exploração comercial e turística, destacadamente para as classes média e alta.



Figura 7: Projeto Square Lab (fonte: CO Studio. Fotografia não informado. Disponível em: <<https://costudio.art.br/portfolios/square-lab-praca-laboratorio/>>. Acesso em: 10 out 2022).

Para se contrapor aos processos de enobrecimento de espaços citadinos, em prol de uma “revitalização” defendida pelas elites, Pertile e Vieira (2015) propõe a “humanização” (ou “vitalização”) como possibilidade de transformação do espaço urbano e público. É coerente que áreas centrais com alta acessibilidade às localidades que permitem a reprodução da vida em sociedade não devam ser esvaziadas de pessoas, elas devem ter um uso que atenda às necessidades da maioria da população, especialmente, dos grupos sociais mais fragilizados. A terra urbana das áreas centrais deve cumprir certa função social, seja para habitação ou para funções urbanas que favoreçam a circulação de pessoas. São necessários espaços que sejam propícios à sociabilidade, e que as propostas de “revitalização” desses espaços sejam decididas de acordo com as necessidades dos grupos historicamente alijados de processos decisórios, e não voltadas para atender aos interesses de oligarquias que refletem uma concepção de vida baseada na exclusão e na segregação espacial.

4. Considerações finais

Assim como em outras partes do Brasil, o centro histórico de Florianópolis é submetido à uma “revitalização” de modo de expulsa os moradores das classes menos favorecidas para “enobrecimento” do espaço urbano.

Como característica essencial do processo de gentrificação nos países latinoamericanos, a ação do estado é crucial, agindo na construção de infraestruturas, isentando ou aumentando os impostos. O centro sofre um processo de “higienização”. Esse conceito caracteriza bem a subordinação à um racismo herdado dos primórdios do Brasil colônia. O centro histórico, antes das referidas revitalizações já foi ocupado por uma população não branca, que no imaginário da sociedade racista era “infecciosa” e “perigosa”. Por esse motivo, essa população excluída viu como alternativa a ocupação do maciço do Morro da Cruz, originando diversas comunidades.

De fato, a ocupação do morro a poucos quilômetros do centro revitalizado resulta em contradições escancaradas na paisagem. O centro histórico nos dias atuais não dispõe de espaços comunitários, praças públicas e atividades culturais para a população do morro frequentar, demonstrando que existe uma barreira física e uma barreira social entre o morro e o centro.

Outra situação que reforça a atuação do estado no processo de gentrificação é a revitalização do Mercado Público Municipal, antes frequentado por uma população mais diversa, após a revitalização os comerciantes populares são expulsos pra dar espaço pra um comércio mais elitizado, com altíssimos preços, focado no turismo.

Analisar o setor de comércio e serviços em Florianópolis é de suma importância para entendermos os direcionamentos da gentrificação. As atividades econômicas que mais se destacam na cidade são o setor de turismo e tecnologias, responsáveis pelas ações “gentrificadoras” do Estado. Os projetos “Viva Cidade” e Projeto “Centro Sapiens” (PCS) que pretende incentivar a instalação de empresas startups de economia criativa na área leste do Centro Histórico de Florianópolis, evidenciam bem esse direcionamento por parte da Prefeitura.

A partir dessas observações surgem diversas incógnitas e prospecções futuras, ainda incertas e passíveis de análise. Uma delas é o fato de que o mercado imobiliário voltado para as moradias ainda não chega em peso no centro de Florianópolis, como em outras cidades brasileiras, assim como os exemplos da gentrificação residencial principalmente dos países europeus. A área mais nobre, com as moradias de mais alto poder aquisitivo estão na Beira Mar Norte, também a poucos quilômetros do centro.

Por fim, a retomada do espaço pelas camadas populares carece de políticas públicas, sobretudo intervenções urbanísticas no espaço, e ocupação dos vazios urbanos. Entre o morro e o centro são necessárias intervenções que proporcionam mais urbanidade, onde de fato a população consiga realizar suas atividades cotidianas com segurança e sem custos com mobilidade. A viabilização de habitações de interesse social também traria uma grande movimentação para o centro, já que, para não ser engolido pelos interesses do capital, o centro sobretudo deve ser mais habitado.

5. Referências

ALVAREZ, Isabel Pinto. A segregação como conteúdo da produção do espaço urbano. In: VASCONCELOS, P. A.; CORREA, R. L.; PINTAUDI, S. M. (org). **A Cidade Contemporânea: segregação espacial**. São Paulo: Contexto, 2018, p. 111-126.

CESARE, Cláudia de. O cadastro como instrumento de política fiscal. In: ERBA, D. A.; OLIVEIRA, F. L.; LIMA JUNIOR, P. N. (org). **Cadastro multifinalitário como instrumento de política fiscal e urbana**. Rio de Janeiro: 2005, p. 39-70

CORRÊA, Roberto Lobato. **O Espaço Urbano**. São Paulo: Ática, 1989

_____. Segregação Residencial: Classes Sociais e o Espaço Urbano. In: VASCONCELLOS, P. A.; CORREA, R. L.; PINTAUDI, S. M. (orgs.). **A Cidade Contemporânea: segregação espacial**. São Paulo: Contexto, 2018, p. 39-60.

FACCIO, Maria da Graça Agostinho. **O Estado e a Transformação do Espaço Urbano: a expansão do Estado nas décadas de 60 e 70 e os impactos no espaço urbano de Florianópolis**. 1997, 186 p. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de pós-graduação em Geografia, Florianópolis, 1997.

GARMANI, Jeff.; RICHMOND, Matthew A. Hygienisation, Gentrification, and Urban Displacement in Brazil. **Antipode**, vol. 52, nº 1, 2019.

GASPAR, Jadhi Vincki et al. A revitalização de espaços urbanos: o case do centro sapiens em Florianópolis. **Revista Livre de Sustentabilidade e Empreendedorismo**. v. 2, n. 4, 2017, p. 183-205.

GLASS, Ruth. **Cliches of Urban Doom and Other Essays**. Oxford: Basil Blackwell, 1989.

HARVEY, David. **Social Justice and the city**. Londres: Edward Arnold, 1973.

HOYT, HOMER. The pattern of movement of residential rental neighborhood. In: MAYER, H. M.; KOHN, C. F. (orgs.). **Readings in urban geography**. Chicago: University of Chicago Press, 1958.

LEFEBVRE, Henri. **O Direito à Cidade**. São Paulo: Centauro, 2001.

- LOJKINE, Jean. **O Estado Capitalista e a Questão Urbana**. São Paulo: Martins Fontes, 1997.
- MARICATO, Ermínia. As ideias fora do lugar e o lugar fora das ideias: planejamento urbano no Brasil. In: ARANTES, O.; VAINER, C.; MARICATO, E. (orgs.) **A Cidade do Pensamento Único**: desmanchando consensos. 3ª ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2000, p. 121-192.
- PEREIRA, Elson Manoel. **Gestão do Espaço Urbano**: um estudo de caso das áreas Central e Continental de Florianópolis. 1992, 176 p. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Santa Catarina, Programa de pós-graduação em administração, Florianópolis, 1992.
- PERTILLE, Krisciê; VIEIRA, Marcos Sardá. Espaço Público em Florianópolis: Vitalização ou Especulação Urbana? In: 1º Primeiro Congresso Internacional Espaços Públicos, 2015, Porto Alegre. **Anais....** Porto Alegre: 2015, s/p.
- RANGEL, Ignácio. **Economia: Milagre e Anti-milagre**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1985
- RIBEIRO. Tarcyla Fidalgo. Gentrificação: aspectos conceituais e práticos de sua verificação no Brasil. **Revista de Direito da Cidade**, vol. 10, nº 3, 2018.
- SUGAI, Maria Inês. **Segregação Silenciosa**: investimentos públicos e distribuição sócio-espacial na área conurbada de Florianópolis. 2002, 244 p. Tese (Doutorado) – Universidade de São Paulo, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, São Paulo, 2002.
- SOUZA, Marcelo Lopes de. Semântica urbana e segregação: disputa simbólica e embates políticos na cidade “empresarialista”. In: VASCONCELLOS, P. A.; CORREA, R. L.; PINTAUDI, S. M. (orgs.). **A Cidade Contemporânea**: segregação espacial. São Paulo: Contexto, 2018, p. 127-146.
- TERNES, Marianne. **A Leste da Praça**: o projeto Centro Sapiens e as transformações do Centro Histórico de Florianópolis. 2016. Trabalho de conclusão de curso (Graduação) – Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Comunicação e Expressão, Jornalismo, Florianópolis, 2016.
- TRIVIÑOS, A. N. S. **Introdução à pesquisa em ciências sociais**: a pesquisa qualitativa em educação. São Paulo: Atlas s.a., 1987.
- VAINER, Carlos. Pátria, empresa e mercadoria: notas sobre a estratégia discursiva do planejamento estratégico urbano. In: ARANTES, O.; VAINER, C.; MARICATO, E. (orgs.) **A Cidade do Pensamento Único**: desmanchando consensos. 3ª ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2000, p. 75-104.
- VASCONCELLOS, Pedro de Almeida. Contribuição para o debate sobre processos e formas socioespaciais nas cidades. In: VASCONCELLOS, P. A.; CORREA, R. L.; PINTAUDI, S. M. (orgs.). **A Cidade Contemporânea**: segregação espacial. São Paulo: Contexto, 2018, p. 17-38.
- VILLAÇA, Flávio. **Espaço Intra-urbano no Brasil**. 2ª ed. São Paulo: Studio Nobel, 2017.
- YUJNOVSKY, Oscar. **La Estructura Interna de la Ciudad**: el caso latino-americano. Buenos Aires: SIAP, 1971.

ⁱ Verificado no trabalho jornalístico de Ternes (2016) que reúne diversos depoimentos, no qual embasaremos muito do nosso entendimento sobre as visões de alguns segmentos da sociedade acerca da área central de Florianópolis.

ⁱⁱ As noções de valor de uso e valor de troca dos espaços urbanos são desenvolvidas em vários trabalhos, destacamos Lefebvre (2001) e Harvey (1973).

ⁱⁱⁱ Nas cidades brasileiras é notável o caso do Pelourinho, em Salvador, cujas áreas residenciais foram transformadas em áreas comerciais e de lazer voltadas para o turismo (VASCONCELLOS, 2018).

^{iv} Trata-se de “um diferencial entre a atual renda da terra capitalizada pelo uso presente (deteriorado) e a renda da terra potencial que poderia ser capitalizada pelo ‘mais elevado e melhor’ uso da terra em função de sua localização centralizada”.

^v CF. nota (i).

^{vi} Parágrafo sistematizado a partir de matéria intitulada “Migração amplia a ocupação do maciço do Morro da Cruz, em Florianópolis”, publicada no jornal Notícias do Dia em 02 de janeiro de 2014. Disponível em: <<https://ndmais.com.br/noticias/migracao-amplia-a-ocupacao-do-macico-do-morro-da-cruz-em-florianopolis/>>.

Acesso em: 10 out 2022.

^{vii} Destacam-se as obras de saneamento e abastecimento de água. Verificar os trabalhos de Sugai (2002) e Pertille e Vieira (2015).

^{viii} Disponível em: <https://www.solucoesparacidades.com.br/wp-content/uploads/2014/03/AF_14_FLORIPA_Requalifica%C3%A7%C3%A3o%20Vidal%20Ramos_web.pdf>. Acesso em: 10 out 2020.

^{ix} CF. nota (viii).

^x Dados oriundos da matéria “O Novo Mercado Público de Florianópolis mantém as características que fizeram sua história” veiculada no jornal Notícias do Dia. Disponível em: <<https://ndmais.com.br/noticias/o-novo-mercado-publico-de-florianopolis-mantem-as-caracteristicas-que-fizeram-sua-historia/>>. Acesso em: 10 out 2022.

^{xi} Depoimentos desse parágrafo extraídos de: <<https://centrosapiens.com.br/2019/03/26/chegada-de-novas-empresas-na-area-leste-do-centro-e-pauta-na-camara-de-vereadores/>>. Acesso em: 06 out 2019.

^{xii} Disponível em: <<https://centrosapiens.com.br>>. Acesso em: 06 out 2019.